

Corpo-a-corpo definirá autonomia

A luta pela autonomia política do DF avançou mais um passo com a votação dos últimos dois dias. Depois da fase de apresentação de emendas na Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios e na Comissão de organização do Estado, o substitutivo final vai para a Sistematização para depois passar pela prova final no plenário. Com muitas dificuldades e muitas modificações, a autonomia ainda vai depender do trabalho de corpo-a-corpo da bancada do DF e das negociações políticas para ser aprovada na votação do anteprojeto da Constituição.

As modificações sofridas durante todo este processo tiraram de Brasília uma autonomia ampla, deixando assegurada a princípio somente a representação política a nível local e a eleição do governador do DF por via direta. Mesmo assim, esta representação política passou por maus bocados: uma das maiores discussões na subcomissão e na comissão temática disse respeito à escolha do cargo de prefeito ou de governador para o chefe do Executivo local. Enquanto a bancada do DF se identificava mais com o título de governador, dado o porte do Distrito Federal, surgiram emendas, como a do deputado Rubem Figueiró, propondo a eleição de um prefeito e de uma Câmara Municipal. O próprio relator da comissão temática, senador José Richa, era mais simpático à idéia de ser ter um prefeito no DF.

As pressões de boa parte da bancada foram muitas e o deputado Jofran Frejat colocou uma proposta que acabou sendo incluída no substitutivo: o termo "distrital" anexado aos títulos de governador e deputado. A idéia era manter para Brasília o gover-

nador, já que com senadores e deputados federais eleitos a cidade desejava um governador que tivesse livre trânsito na esfera federal. As atribuições de prefeito poderiam limitar este poder. Os problemas com esta nomenclatura vieram depois: alguns acharam o termo **distrital** pejorativo e outros viram uma possível confusão entre deputado distrital e voto distrital na opinião pública. Muitas emendas foram apresentadas para modificar esta questão.

Além da nomenclatura, outra questão mobilizou a bancada do DF na fase de apresentação de emendas: o mandato do Executivo local. As propostas incluíam um mandato-tampão de dois anos para fazer as eleições coincidirem com as dos outros governadores; um mandato de seis anos, pela mesma razão; e um mandato de quatro anos, sendo todas estas propostas vinculadas à idéia de eleições diretas em novembro do ano que vem. No substitutivo que foi votado ontem, no entanto, a proposta colocada pelo relator José Richa era a de que os mandatos de governador, vice e do Legislativo local coincidiram com o mandato presidencial, o que gerou muita polêmica e muitas emendas.

A discussão sobre o mandato dividiu um pouco a bancada do Distrito Federal no Congresso e após uma reunião chegou-se a um consenso: lutar prioritariamente pela autonomia do DF. Um intenso trabalho de corpo-a-corpo está sendo feito desde então para garantir que o básico da questão passe por todas as fases da Assembleia Nacional Constituinte. Esse **lobby** entre os próprios constituintes, constante em todas as comissões, pretendia assegurar os pontos principais da autonomia e da representação política para o DF, em

troca de apoio nas questões mais importantes de cada estado.

O corpo-a-corpo dos deputados e senadores fez-se presente também na votação das questões "emperradas" e que foram tidas como as mais importantes para o DF. Uma destas nem precisou de muito **lobby**, pois foi corrigida no substitutivo: o número de vagas no Legislativo local. Pelo relatório inicial o DF só seria contemplado com o dobro das vagas da Câmara Federal, mas a bancada do DF conseguiu que a norma fosse a utilizada para os outros estados, ou seja, o triplo das vagas existentes no Legislativo federal.

Outras questões causaram polêmica e foram objeto de emendas dos deputados e senadores do DF e de outros constituintes interessados na autonomia. A vinculação da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros do DF à União foi uma delas, assim como a vinculação do Poder Judiciário local também ao governo federal. A transferência de recursos da União para o DF, prática comum pelo fato de a cidade sediar os poderes e instituições federais, também foi discutida e mereceu a atenção dos parlamentares e a elaboração de emendas.

Permeando a parte política da autonomia, a cidade defrontou-se com a questão econômica. Correntes contrárias a esta autonomia alegaram a dependência financeira de Brasília à União como um empecilho à autonomia política. A resposta da bancada do DF, verbalmente ou através das emendas, foi a de que uma reforma tributária solucionaria em parte o problema e o repasse de dinheiro pela União teria de continuar pois embaixadas e o serviço público em geral oneram os custos de Brasília.